

Nota Informativa

Edição 054/2023

DESTAQUES

Lula pede que projeto de lei que limita remoção de conteúdos na internet deixe de tramitar no Congresso

Casa Civil, Gestão, Fazenda e MCTI recomendam fim da privatização do Serpro, Dataprev, Ceitec e Telebras

MCTI e Organização Mundial para Propriedade Intelectual estudam cooperação para difundir conhecimentos da área

Ministério Público vai ao STF defender guarda de dados sem ordem judicial

Pesquisa da Anatel mostra que, além de ser principal forma de acesso à internet em casa, WiFi também domina o celular, resulta em maior consumo de vídeos e navegação por sites

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

ANPD participa pela segunda vez do IAPP Global Privacy Summit

Representação da Anatel conhece solução Direct-to-Device

Ministro reforça papel de agências de checagem contra fake news

Startup OutReach Brasil abre inscrições para ciclo em Singapura

Fila de espera por IPv4 chega a 6 anos e NIC.br reforça necessidade de adesão ao IPv6

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nova versão da classificação de patentes está disponível

AGRONEGÓCIO

Ministro recebe representantes Movimento Brasil Competitivo para diálogo sobre autocontrole digital

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Novo marco vai garantir políticas sociais no Brasil, diz ministro

Arcabouço fiscal garante compromissos assumidos por Lula na campanha, diz Galípulo

'Se a meta de inflação está errada, muda-se a meta', diz Lula ao questionar juros

Haddad: Arcabouço fiscal vai exigir, mais do que permitir, uma queda nos juros

Cade divulga Relatório Integrado de Gestão 2022

Receita Federal e OCDE reforçam apoio ao novo sistema de preços de transferência

EDUCAÇÃO

Lula diz que não vai revogar, mas aperfeiçoar reforma do ensino médio

Governo Lula libera verba de R\$ 380 milhões para projetos de pesquisa

JUDICIÁRIO

Lula formaliza aposentadoria de Lewandowski do STF

ORÇAMENTO

TCU propõe ao Ministério da Fazenda criação de comitê para fortalecer a governança das finanças públicas

POLÍTICA

Não senti dificuldade com o Congresso até agora, diz Lula

Senado deve votar em abril 12 medidas provisórias de 2022

Comissão e Centro de Estudos da Câmara promovem debate sobre taxa de juros

Comissão debaterá sanções aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados

SEGURANÇA PÚBLICA

MJSP vai financiar policiamento nas escolas e monitorar internet

DESTAQUES

Lula pede que projeto de lei que limita remoção de conteúdos na internet deixe de tramitar no Congresso

Poder Executivo | 06/04/2023 – 03h10min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enviou ao Congresso Nacional uma mensagem pedindo a retirada da tramitação de um projeto de lei que limita a remoção de conteúdos na internet. A solicitação foi publicada em Diário Oficial na quinta-feira (6). O projeto de lei foi enviado pelo governo de Jair Bolsonaro em setembro de 2021, sendo alvo de críticas por poder dificultar o combate às fake news na internet. A proposta tem o mesmo texto de uma Medida Provisória (MP) editada por Bolsonaro naquele ano e que foi considerada inconstitucional pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Em

uma nova tentativa de emplacar a mudança, o governo protocolou o projeto de lei, que acabou parado no Congresso. Na prática, a proposta altera o Marco Civil da Internet e impede que as empresas controladoras de redes sociais excluam perfis ou tirem do ar conteúdos sem que haja uma "justa causa". Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Casa Civil, Gestão, Fazenda e MCTI recomendam fim da privatização do Serpro, Dataprev, Ceitec e Telebras Poder Executivo | 06/04/2023

O procurador-geral da República, Augusto Aras, enviou memorial ao Supremo Tribunal Federal (STF) para defender que o Ministério Público tem legitimidade para requerer, sem a necessidade de ordem judicial, a preservação de provas digitais que estejam em poder de provedores de internet. Para o PGR, o pedido extrajudicial do MP para a guarda de registros telemáticos, sem acesso a seu conteúdo, encontra respaldo na Constituição Federal, na [Lei Complementar 75/1993](#), que disciplina o funcionamento do MP, bem como no Marco Civil da Internet ([Lei 8.625/1993](#)) e na Convenção de Budapeste sobre Crimes Cibernéticos. A manifestação se deu no Habeas Corpus (HC) 222.141, sob a relatoria do ministro Ricardo Lewandowski. No parecer, Aras pede que o processo seja afetado ao Plenário da Corte ou, subsidiariamente, destacado para julgamento presencial na Segunda Turma do STF. Ele salienta a importância da medida, pois será a primeira vez que a Corte estabelecerá um precedente sobre os procedimentos a serem adotados para obtenção de prova digital, com amplo debate. O pano de fundo do processo diz respeito a um pedido extrajudicial, feito em 2019 pelo MP do Paraná, à Apple Computer Brasil e ao Google do Brasil, para obter a identificação das contas de uma investigada. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCTI e Organização Mundial para Propriedade Intelectual estudam cooperação para difundir conhecimentos da área Poder Executivo | 06/04/2023 – 08h30min

Como levar o tema da propriedade intelectual para grupos que ainda utilizam pouco essa ferramenta, como mulheres, jovens e povos tradicionais? O que fazer para que a propriedade intelectual seja compreendida e percebida como um instrumento para a inovação? Essas questões nortearam o diálogo entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). A reunião realizada na quarta-feira (05/04) entre a secretária de Políticas e Programas Estratégicos do MCTI, Marcia Barbosa, e a diretora da Divisão para América Latina e Caribe do Escritório da OMPI, Beatriz Amorim-Borher, debateu as possibilidades de inserção do tema em projetos que estão em andamento e também a implementação de novas iniciativas. “Propriedade intelectual é uma ferramenta para inovação”, defendeu a diretora da OMPI. “É por meio da propriedade intelectual que se captura valor para as inovações que são geradas em todas as áreas e é uma parte do processo de inovação que facilita a troca entre os inovadores”, acrescentou, destacando que o mundo hoje é mais digital e valoriza a criação. Fonte ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministério Público vai ao STF defender guarda de dados sem ordem judicial Poder Judiciário | 05/04/2023

O procurador-geral da República, Augusto Aras, enviou memorial ao Supremo Tribunal Federal (STF) para defender que o Ministério Público tem legitimidade para

requerer, sem a necessidade de ordem judicial, a preservação de provas digitais que estejam em poder de provedores de internet. Para o PGR, o pedido extrajudicial do MP para a guarda de registros telemáticos, sem acesso a seu conteúdo, encontra respaldo na Constituição Federal, na [Lei Complementar 75/1993](#), que disciplina o funcionamento do MP, bem como no Marco Civil da Internet ([Lei 8.625/1993](#)) e na Convenção de Budapeste sobre Crimes Cibernéticos. A manifestação se deu no Habeas Corpus (HC) 222.141, sob a relatoria do ministro Ricardo Lewandowski. No parecer, Aras pede que o processo seja afetado ao Plenário da Corte ou, subsidiariamente, destacado para julgamento presencial na Segunda Turma do STF. Ele salienta a importância da medida, pois será a primeira vez que a Corte estabelecerá um precedente sobre os procedimentos a serem adotados para obtenção de prova digital, com amplo debate. O pano de fundo do processo diz respeito a um pedido extrajudicial, feito em 2019 pelo MP do Paraná, à Apple Computer Brasil e ao Google do Brasil, para obter a identificação das contas de uma investigada. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Pesquisa da Anatel mostra que, além de ser principal forma de acesso à internet em casa, WiFi também domina o celular, resulta em maior consumo de vídeos e navegação por sites

Poder Executivo | **05/04/2023**

A pesquisa de satisfação e qualidade percebida de 2022, publicada na quinta-feira (5) pela Anatel, mostra que o WiFi é a principal forma de acesso à internet utilizada pelo brasileiro. Os dados indicam que tanto clientes de telefonia móvel pós-paga, quanto os de pré-pago, e os de banda larga fixa, recorrem ao WiFi na maior parte dos acessos à internet. No caso dos usuários de celular pós-pago, o WiFi é a forma de conexão mais utilizada por 64,3% das pessoas, enquanto 33,34% recorrem à franquia de dados com mais frequência do que em relação ao WiFi, e 2,36% não souberam dizer. No caso do pré-pago, 72,18% usa preferencialmente o WiFi. Outros 25,84% recorrem à franquia de dados, e 1,98% não soube responder. A superintendente de relações com consumidores da Anatel, Cristiana Camarate, disse em coletiva de imprensa na quarta-feira (5) que a surpresa mesmo se deu em relação à banda larga fixa. “Neste caso, 82,85% dos consumidores usam preferencialmente o WiFi em casa, 15,54% o cabo, e o restante não sabe”, falou. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

ANPD participa pela segunda vez do IAPP Global Privacy Summit

Poder Executivo | **06/04/2023 – 14h53min**

Na quarta-feira (05/04), a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, representada pela Diretora Miriam Wimmer, participou, de forma remota, do IAPP Global Privacy Summit, realizado anualmente pela Associação Internacional de Profissionais de Privacidade (IAPP), em Washington, nos Estados Unidos. Neste ano, o evento aconteceu entre os dias 04 e 05 de abril e contou com mais de 5.000 (cinco mil) especialistas, sendo o maior dos últimos anos, e tem incrementado o número de participantes da América Latina. A Diretora Miriam Wimmer participou, à distância, do painel “Atualizações de Autoridades Latino-Americanas de Proteção de Dados” (em tradução livre), o qual está se tornando tradicional no evento e é voltado para discutir e compartilhar com o público as principais novidades no campo da proteção de dados pessoais na América Latina. Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Representação da Anatel conhece solução Direct-to-Device

Poder Executivo | 06/04/2023 13h18min

A equipe da Anatel presente na 2ª Sessão da Reunião Preparatória para Conferência Mundial de Radiocomunicações (CPM 23-2), que ocorre em Genebra, Suíça, visitou, na última terça-feira (28/03), o stand da Echostar para conhecer e acompanhar a demonstração de uso da solução de conexão "Direct-to-Device" da empresa. A solução visa a estabelecer uma conexão direta de dispositivos móveis com a rede satelital, possibilitando o envio e recebimento de mensagens de texto, por meio de aplicativo, para outro dispositivo que esteja conectado à internet e que também tenha o aplicativo de mensagens instalado. A conectividade do aparelho celular com o satélite é realizada na faixa de radiofrequências da Banda S, utilizando as frequências de 1.980 MHz a 2.010 MHz (enlace de subida) e de 2.170 MHz a 2.200 MHz (enlace de descida). A solução da Echostar ainda está em sua fase inicial de testes na Europa, onde a empresa tem o direito de exploração de satélites nessa faixa, mas já permite a comunicação emergencial com envio de mensagens de texto e, no futuro, tem o potencial de permitir a utilização de voz e de dados em maior capacidade, servindo áreas que, até então, não possuem conectividade com a rede móvel terrestre. Fonte ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministro reforça papel de agências de checagem contra fake news

Poder Executivo | 05/04/2023 – 20h05min

Lançada na semana passada para combater a disseminação de fake news, a plataforma Brasil contra Fake não pretende substituir as agências profissionais de checagem de notícias, disse na quarta-feira (5) o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta. Em entrevista ao programa A Voz do Brasil, ele esclareceu os objetivos da página, no ar desde o fim de março. "Esse site do governo não é uma agência de checagem. Ele é um espaço do governo para esclarecimentos à população. Para evitar que a população seja mal informada sobre um decreto, uma lei ou uma política pública. Esse é o objetivo desse site. Ser uma ferramenta importante porque transmite segurança, e as pessoas readquirem a confiança de que uma informação do governo federal é uma informação confiável. É uma fonte importante", declarou Pimenta. Nos últimos dias, a plataforma vinha recebendo críticas de jornalistas ligados a agências de checagem de notícias e de especialistas no combate à desinformação porque a página, segundo eles, se apresentaria como uma agência de checagem de notícias. Segundo os estudiosos, o termo "central de esclarecimentos" seria mais apropriado. Outro ponto criticado foi a falta de explicação para a seleção de conteúdos. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Startup OutReach Brasil abre inscrições para ciclo em Singapura

Poder Executivo | 05/04/2023 16h33min

O Startup OutReach Brasil, programa gratuito que apoia a internacionalização de startups nos mais promissores ecossistemas de inovação do mundo, está com inscrições abertas para seu novo ciclo, desta vez para Singapura. Os interessados podem se inscrever pelo site do programa até 28 de abril. Serão selecionadas até 40 startups para a primeira etapa do programa, a Missão Virtual, que começa em junho. Destas, 15 passarão para a Missão de Imersão, entre agosto e novembro. O programa é uma realização conjunta envolvendo os ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e das Relações Exteriores (MRE), além da ApexBrasil, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec). Desde 2017, já realizou 14 ciclos de internacionalização em nove países e apoiou mais de 250 startups, facilitando a geração de

mais de US\$ 24 milhões em negócios. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fila de espera por IPv4 chega a 6 anos e NIC.br reforça necessidade de adesão ao IPv6

Poder Executivo | 05/04/2023

O Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) apresentou na quarta-feira, 5, dados de implementação do IPv6 – novo protocolo para endereços – e chamou atenção para a baixa adesão e insistência de provedores em adquirir blocos de IPv4 – primeiro protocolo, de capacidade limitada – realocados. São 1.006 entidades na fila de espera, o primeiro a aguardar e mais recente a conseguir, levou 778 dias para a aquisição. “Se você entrar na fila de espera hoje, estima-se que você vai ganhar um bloco IPv4 lá para 2029”, afirmou Eduardo Barasal Morale, coordenador da área de formação de sistemas autônomos do CEPTR0.br/NIC.br, durante workshop sobre a adesão ao IPv6 promovido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em parceria com a Huawei. O NIC.br destacou ainda que não há “praticamente nenhum” site do governo federal e estaduais em IPv6. Para Antônio Moreiras, gerente de projetos e desenvolvimento do núcleo, a adesão ao governo seria estratégica. “Eu como cidadão, se tivesse só IPv6 em casa, não conseguiria fazer o imposto de renda. Seria um grande incentivador e é um grande ponto de atenção a gente focar internamente em incentivar o nosso governo em colocar o IPv6, acho que vai puxando a cadeia toda”, afirma. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nova versão da classificação de patentes está disponível

Poder Executivo | 06/04/2023 – 11h39min

O INPI informa que foi disponibilizada a atualização 2023 do sistema de classificação de patentes IPC. A plataforma inclui a consulta às versões da IPC de 2018 a 2023, além de consulta a símbolos deletados e dos sistemas de classificações CPC/FI. A versão da IPC 2023 apresenta 1.820 alterações, entre subdivisões criadas, grupos modificados, deletados, criados e incluídos. A versão IPC 2023 conta com mais de 78 mil símbolos de classificação de patentes. Fonte: ASCOM INPI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

AGRONEGÓCIO

Ministro recebe representantes Movimento Brasil Competitivo para diálogo sobre autocontrole digital

Poder Executivo | 06/04/2023 – 08h21min

Com o objetivo de dar continuidade ao projeto de implementação da plataforma de autocontrole digital, o Ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, conversou na quarta-feira (5) com o presidente do Movimento Brasil Competitivo (MBC), Jorge Gerdau. A plataforma, também conhecida por SDA Digital, tem por objetivo desburocratizar e modernizar a relação do governo com o setor privado. “Essa reunião com o Movimento Brasil Competitivo é muito importante para darmos seguimento a um processo já iniciado de transformação da Secretaria de Defesa Agropecuária nos seus procedimentos e processos relacionados à fiscalização e registros, que é a grande plataforma SDA Digital”, explicou Fávaro. Fonte: ASCOM MAPA

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Novo marco vai garantir políticas sociais no Brasil, diz ministro

Poder Executivo | 06/04/2023 – 14h57min

As novas regras fiscais defendidas pelo Ministério da Fazenda pretendem dar sustentação aos programas sociais previstos na Constituição. A afirmação foi feita pelo ministro Fernando Haddad em entrevista na quinta-feira (6/4) ao BandNews TV. De acordo com Haddad, o Arcabouço Fiscal vai repor verbas para pastas importantes para a população, como Saúde e Educação, bem como garantir, entre outros programas sociais, o pagamento do Bolsa Família no valor de R\$ 600,00 de maneira consistente. "A gente está recompondo a base fiscal do Estado. O orçamento tem que ser suficiente para honrar os compromissos legais", disse. Nas palavras do ministro, o novo Arcabouço vai "exigir" uma queda na taxa básica de juros e beneficiar toda a população. Fonte: ASOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Arcabouço fiscal garante compromissos assumidos por Lula na campanha, diz Galípolo

Poder Executivo | 06/04/2023 – 13h25min

O novo arcabouço fiscal tem compromisso com as contas públicas e ao mesmo tempo garante espaço para os programas sociais prometidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disse há pouco o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo. Em entrevista ao UOL, o secretário afirmou que o objetivo do governo foi garantir que o ajuste fiscal não passe por cortes em programas voltados aos mais pobres, e sim em aumento de receita. "O arcabouço contempla caber todos os programas sociais que o presidente Lula se comprometeu durante a campanha. Isso envolve a política de valorização do salário mínimo, Bolsa Família no tamanho que está, retomada do Minha Casa Minha Vida", argumentou Galípolo. A principal estratégia da equipe econômica para recompor a base fiscal, reiterou, é a revisão de subvenções de custeio, que teriam impacto de aproximadamente R\$ 90 bilhões, a taxação de sites de apostas online e o combate ao comércio eletrônico ilegal. O secretário-executivo da Fazenda entende que, por ter sido eleito, Lula tem legitimidade e autonomia para pressionar pela redução da Selic. Ao Banco Central, cabe "seguir analisando os indicadores que ele analisa para considerar os impactos na economia da política que ele está perseguindo". Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

'Se a meta de inflação está errada, muda-se a meta', diz Lula ao questionar juros

Poder Executivo | 06/04/2023 – 12h30min

O presidente Lula (PT) questionou na manhã da quinta-feira (6) a atual meta de inflação do país. "Se a meta está errada, muda-se a meta", disse o presidente da República em café com jornalistas ao ser questionado pelo g1 sobre os juros. A meta de inflação, de 3,25% para 2023, podendo oscilar 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, é o parâmetro usado pelo Banco Central (BC) para definir a Selic, a taxa básica de juros do país, hoje em 13,75% ao ano, uma das mais altas do mundo. Quando muito baixas, essas metas obrigam o BC a subir mais e mais a taxa de juros – o que ajuda a controlar os preços, mas dificultam o crescimento da economia. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad: Arcabouço fiscal vai exigir, mais do que permitir, uma queda nos juros

Poder Executivo | 06/04/2023 – 10h30min

O novo arcabouço fiscal não só vai permitir, mas "exigir" uma queda na taxa de juros, defendeu o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para quem há hoje no Brasil uma convergência entre as políticas fiscal e monetária. "O arcabouço fiscal vai exigir, mais do que permitir, uma queda nos juros", disse o ministro em entrevista à BandNews. Segundo o ministro, "se as contas estão em dia, não tem por que pagar um juro tão alto". A taxa básica de juros, a Selic, está em 13,75% ao ano. A manutenção do patamar dos juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, tem sido alvo frequente do ministro. Na quarta-feira, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, fez avaliação diferente da do ministro e afirmou que a nova regra fiscal não garante a queda dos juros. Segundo Campos, não há "relação mecânica" entre a implantação do novo arcabouço e cortes na Selic. Haddad afirmou na entrevista da quinta (6) que uma redução na taxa de juros deve facilitar o financiamento de empresas e estimular o crescimento econômico. "Se a taxa de juros começar a cair, naturalmente o mercado de capitais permitirá ao empresário ter recursos para investir e produzir mais", afirmou o ministro. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cade divulga Relatório Integrado de Gestão 2022

Poder Executivo | 05/04/2023 – 16h36min

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) divulgou, nesta semana, o Relatório Integrado de Gestão – Exercício 2022. O documento apresenta estratégia e resultados alcançados no período, pela autoridade antitruste, relacionados ao cumprimento da sua missão institucional de zelar por um ambiente concorrencial saudável no Brasil. A publicação está dividida em quatro eixos: Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo; Governança, Riscos e Integridade; Resultados e Desempenho da Gestão, e Eficiência da Gestão. Estão disponíveis no relatório informações sobre planejamento, objetivos estratégicos, dados sobre atuação preventiva e no combate a infrações contra a ordem econômica, canais de informação, participação da autarquia em fóruns internacionais, dados sobre cooperação e interação com outras autoridades da concorrência, entre outros assuntos relativos aos serviços prestados à sociedade. Alexandre Cordeiro, presidente do Cade, destaca a singularidade do ano de 2022 para a instituição e para o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). Fonte: ASCOM CADE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Receita Federal e OCDE reforçam apoio ao novo sistema de preços de transferência

Poder Executivo | 05/04/2023 – 16h07min

A Receita Federal do Brasil (RFB) e a equipe técnica da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) seguem atuando em colaboração para o desenvolvimento e implantação do novo sistema de preços de transferência do Brasil, inclusive acompanhando o processo legislativo relativo à Medida Provisória nº 1.152, de 2022. O documento desenvolvido pela equipe do Projeto Conjunto de Preços de Transferência Brasil-OCDE resume a jornada que foi percorrida até agora e fornece uma perspectiva geral sob o ponto de vista técnico do teor das propostas de alteração apresentadas. O texto da Medida Provisória foi recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados, sem alterações que prejudiquem os pilares do novo sistema, e agora aguarda a apreciação do Senado Federal. A Receita Federal do Brasil segue apoiando a aprovação da Medida Provisória e sua conversão em Lei para que o sistema de tributação brasileiro seja aperfeiçoado. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

EDUCAÇÃO

Lula diz que não vai revogar, mas aperfeiçoar reforma do ensino médio

Poder Executivo | 06/04/2023 – 13h35min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, na quinta-feira (6), que não vai revogar, mas aperfeiçoar o novo ensino médio, implementado na gestão do seu antecessor, Jair Bolsonaro (PL). "Esse programa educacional do ensino médio, tal como estava tentando aprimorar. Não vamos revogar. Suspendemos e vamos discutir com todas as entidades interessadas em discutir como aperfeiçoar o Ensino Médio desse país", disse. "E nós vamos suspender por um período até a gente fazer acordo que deixe todas as pessoas satisfeitas com ensino médio nesse país. Não foi revogada. Foi suspensa para que a gente rediscuta com a sociedade brasileira ligada a educação o que que a agente quer para o novo ensino médio", completou. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo Lula libera verba de R\$ 380 milhões para projetos de pesquisa

Poder Executivo | 06/04/2023 – 12h30min

A ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, e o Presidente da Finep, Celso Pansera, vão liberar a verba, a partir da próxima semana, para universidades e centros de pesquisa de todo o país. Além dos R\$ 380 milhões, neste semestre serão liberados outros recursos- informou a Finep. A distribuição da primeira verba será a seguinte, de acordo com a Finep: Para as universidades e centros de pesquisa do Norte do Brasil, os recursos são de R\$ 5,2 milhões. As instituições do Nordeste vão receber R\$ 47 milhões. Os projetos de pesquisa do Sudeste do Brasil vão receber R\$ 211 milhões. E, o Sul do país terá R\$ 59,4 milhões. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Lula formaliza aposentadoria de Lewandowski do STF

Poder Executivo | 06/04/2023 – 08h36min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou na quinta-feira (6) decreto que formaliza a aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF). A medida foi publicada no Diário Oficial da União. Lewandowski deixará a Corte no dia 11 de abril. O ministro já havia informado que anteciparia sua saída do Supremo, inicialmente prevista para 11 de maio - data em que completa 75 anos. Ele citou "compromissos acadêmicos e profissionais" ao anunciar a decisão, na semana passada. Com a saída de Lewandowski da Corte, Lula deverá indicar um substituto para o cargo. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

TCU propõe ao Ministério da Fazenda criação de comitê para fortalecer a governança das finanças públicas

Poder Legislativo | 05/04/2023

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, se reuniu, na terça-feira (4/4), com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e secretários da equipe ministerial, em Brasília (DF). O encontro teve como objetivo apresentar a proposta de atuação conjunta entre as instituições para fortalecer a capacidade da governança das

finanças públicas. A finalidade é aumentar o impacto das políticas públicas e contribuir, assim, para o desenvolvimento social e econômico do país. O presidente Bruno Dantas destacou a credibilidade das regras fiscais, a credibilidade das informações tributárias e a eficiência da cobrança do crédito e do contencioso tributário como três áreas de atuação do TCU que podem contribuir com o Ministério da Fazenda. “Esses assuntos estão na agenda do atual governo e são tratados em trabalhos importantes do TCU, considerados produtos Padrão Ouro, como a Lista de Alto Risco e o relatório das Contas de Governo. Sabemos do esforço que o ministério está realizando para aprimorar essas três áreas e podemos contribuir. O Tribunal tem um catálogo de fiscalizações que foram feitas, principalmente, para aumentar a eficiência do sistema tributário”, afirmou Dantas. Fonte: ASCOM TCU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Não senti dificuldade com o Congresso até agora, diz Lula

Poder Executivo | **06/04/2023 – 15h05min**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que não teve dificuldades para articular com o Congresso Nacional primeiros meses de governo e falou estar otimista sobre a votação da reforma tributária e da nova regra fiscal. O petista mencionou a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) fura-teto, aprovada ainda na transição de governos, e a eleição de Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para o comando da Câmara e do Senado, respectivamente. O chefe do Executivo disse estar “tranquilo” com a união acordada com os partidos para formar uma base no Congresso Nacional. Segundo ele, essa base será testada na 1ª votação de um tema de interesse do governo. “Vamos esperar a 1ª votação de interesse do governo, por exemplo, a política tributária, que é um teste para o Brasil, não é um teste para o governo e vamos ver o que vai acontecer. Eu tenho certeza que vai ser aprovada uma política tributária que tente resolver em partes o problema da tributação nesse país. Da mesma forma que eu tenho certeza que vai ser aprovado o marco regulatório nesse mês e vai ser aprovado porque nós vamos conversar com todo mundo”. O presidente também comentou sobre as farpas trocadas por Lira e Pacheco e chamou a divergência de uma disputa “de quem pode mais e quem pode menos”. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado deve votar em abril 12 medidas provisórias de 2022

Poder Legislativo | **06/04/2023 – 05h55min**

O Senado começa o mês de abril de 2023 com 12 MPs (Medidas Provisórias) editadas em 2022 pendentes de votação. Devido a um acordo político, essas MPs ainda estão sendo votadas sem passar por comissões mistas. A maioria já foi aprovada pela Câmara dos Deputados –ou seja, é grande a possibilidade de que o Senado vote todas até o final de abril. A [MP 1.142/2022](#), por exemplo, autoriza o Ministério da Saúde a prorrogar contratos temporários de profissionais de saúde atuantes nos hospitais federais e institutos nacionais de saúde no Estado do Rio de Janeiro. O texto da MP 1.142/2022 foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 27 de março. Ela prevê que poderão ser prorrogados 4.117 contratos de profissionais de saúde. Já a [MP 1.145/2022](#), aprovada pela Câmara em 28 de março, alterou valores da taxa de fiscalização dos tacógrafos ou cronotacógrafos, instrumentos que registram velocidade, tempo e distância percorridos por um veículo. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão e Centro de Estudos da Câmara promovem debate sobre taxa de juros

Poder Legislativo | **05/04/2023 – 20h26min**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico e o Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados promovem, na quarta-feira (12), audiência pública sobre taxas de juros e seu impacto sobre a dívida pública. O debate foi solicitado pelo deputado Félix Mendonça Junior (PDT-BA). "As taxas de juros em patamares elevados no Brasil são motivo de grande preocupação, uma vez que desincentivam os investimentos, encarecem o crédito para empresas e famílias e aumentam o custo de rolagem da dívida pública, agravando ainda mais o quadro fiscal", diz o deputado. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão debaterá sanções aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados Poder Legislativo | 05/04/2023 – 17h18min

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados promove audiência pública na quarta-feira (12) sobre as sanções aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados. O pedido para realização do debate é do presidente da comissão, deputado Jorge Braz (Republicanos-RJ). Ele é autor do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 66/23, que susta artigo do regulamento que disciplina a aplicação de sanções. Para ele, o dispositivo é ilegal e inconstitucional, uma vez que permite a retroatividade das sanções administrativas aplicadas pela autoridade. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

SEGURANÇA PÚBLICA

MJSP vai financiar policiamento nas escolas e monitorar internet Poder Executivo | 05/04/2023 – 18h48min

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) vai investir R\$ 150 milhões no apoio às rondas escolares ou similares. A medida, autorizada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, faz parte de um projeto de lei interministerial e foi divulgada na quarta-feira (5), após reunião convocada por Lula. Participaram do encontro os ministros Flávio Dino (MJSP), Camilo Santana (Educação), Nísia Trindade (Saúde) e Sílvio Almeida (Direitos Humanos). O encontro foi motivado, entre outros, pelo recente ataque a uma creche particular em Blumenau (SC) em que quatro crianças foram mortas a golpes de machadinha e cinco ficaram feridas. A liberação dos recursos será feita por meio de um edital, já na próxima semana, a partir de conversas do ministro Flávio Dino com o ministro Camilo Santana e os secretários estaduais de Segurança. O valor inicialmente destinado, de R\$ 150 milhões, sairá do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). O dinheiro será ofertado aos estados e municípios que detêm a competência constitucional para fazer o patrulhamento ostensivo. Também foi formado um Grupo de Trabalho interministerial, que tem sua primeira reunião marcada para quinta-feira (6), às 10h30, no Ministério da Educação. "Com isso, nós vamos fortalecer esse trabalho de policiamento das guardas municipais. Também estou constituindo na nossa Secretaria Nacional de Segurança Pública, grupo emergencial de monitoramento daquilo que é chamado de deep web e dark web. Estamos vendo nesse instante, no país, uma ideia de pânico. Há ameaças em relação a outras escolas, universidades", explicou o ministro. Fonte: ASCOM MJSP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)